

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.441.823 - MS (2019/0026693-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **GUIOMAR RODRIGUES**
ADVOGADOS : **RENATA BARBOSA LACERDA E OUTRO(S) - MS007402**
MARCELLE PERES LOPES - MS011239
AGRAVANTE : **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
PROCURADOR : **CARINA SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) - MS004748**
AGRAVADO : **OS MESMOS**
INTERES. : **HONORIO RIBEIRO**
INTERES. : **ELIZABETH DE OLIVEIRA**
INTERES. : **ELSI DA ROSA CORREA**
INTERES. : **EVA LOUREIRO TRELHA**
INTERES. : **EVA MUGARTE ALVES**
INTERES. : **HELENA APARECIDA MUNHOZ SIVA**
INTERES. : **HELENA GOMES MARTINS**
INTERES. : **ITAMAR SOARES**
INTERES. : **IVA LOPES MACHADO**
INTERES. : **JOAMIR MARIA BORGES DA SILVA**
INTERES. : **JOANA RODRIGUES GONZALEZ SCHELTINGA**
INTERES. : **JOERCI CALDAS DE OLIVEIRA**
INTERES. : **JOSÉ CARLOS AFONSO**
INTERES. : **JURANDIR BARROS**
INTERES. : **JUSTA EMILIA IBANEZ**
ADVOGADO : **RENATA BARBOSA LACERDA E OUTRO(S) - MS007402**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. FINDA A LIQUIDAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial do ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM FACE DE AÇÃO COLETIVA - PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - PRELIMINAR AFASTADA - INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DEMANDA REPETITIVA INCOMPETÊNCIA DESTE ÓRGÃO

Superior Tribunal de Justiça

COLEGIADO PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA - PRAZO PRESCRICIONAL NÃO ESCOADO - CONTRARIEDADE À COISA JULGADA NÃO VERIFICADA - IMUTABILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO - EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA - CORREÇÃO MONETÁRIA - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A preliminar de nulidade da decisão por ausência de fundamentação deve ser afastada, pois não é necessário que o julgador trate exaustivamente das matérias levadas aos autos pelas partes, bastando que ele justifique as razões que formam seu convencimento. Portanto, a fundamentação concisa não se confunde com a ausência de fundamentos, não se podendo falar em violação ao artigo 93, inciso IX, da CF, tampouco em enquadramento em qualquer das figuras do § 1º do art. 489 do CPC.

2. Não se vislumbra hipótese de instauração de incidente de demanda repetitiva, pois este órgão colegiado é incompetente para admitir a pretendida instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que o referido pedido deve ser dirigido ao Presidente deste Tribunal, nos termos do que dispõe o caput do artigo 977 do Novo Código de Processo Civil. Ademais, não se verifica hipótese de enquadramento no artigo 572 do RITJMS.

3. Nas relações jurídicas que versam pretensão de direito em face da Fazenda Pública, o artigo 1º do Decreto 20.910/32 instituiu o prazo prescricional de cinco anos, que se inicia a partir da data do ato ou do fato que deu origem ao dano discutido, logo, quando finda a liquidação, que é entendida como extensão da fase cognitiva. Precedentes.

4. Com efeito, não há falar em contrariedade à coisa julgada, pois o juízo a quo proferiu decisão em conformidade com o conteúdo constante da sentença coletiva, pois, em razão da ausência dos contratos pelo Estado de Mato Grosso do Sul, utilizou parâmetros para os encargos financeiros cobrados indicados naquela demanda. Outrossim, com o trânsito em julgado da decisão, os litigantes ficam adstritos aos limites impostos pelo título executivo judicial.

5. Por fim, não prosperar a irresignação do agravante quanto à existência de empréstimos no ano de 2001, visto que os limites da decisão foram estabelecidos no dispositivo da sentença coletiva, que transitou em julgado, não cabendo mais discussão acerca do assunto.

6. O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar questão de ordem nos autos das ADINs 4425 e 4357, conferiu eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade, fixando como marco inicial, para que se deixe de aplicar a regra do art. 1º-F da Lei 9.494/07 quanto à correção monetária, a data de conclusão do julgamento da referida questão de ordem, ou seja, 25.03.2015.

Conclui-se, assim, que os juros a serem aplicados nas condenações contra a Fazenda Pública devem ser mantidos em 6% ao ano até 01/2003. Após essa data, são de 12% ao ano até 29/06/2009. E, após, devem ser observados a aplicação integral da regra prevista no art. 1º-F da Lei 9.494/97 até 25.03.2015, seja em relação aos juros, seja em relação à correção monetária, a qual passará a incidir pelo IPCA após tal data.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos seguintes

dispositivos:

(a) arts. 489, § 1º, 927, III e § 1º, 928 e 1.022, I, do CPC/2015, pois o Tribunal de origem não teria enfrentado todos os argumentos suscitados, em especial o argumento de que "não enfrentou a alegação e comprovação da ausência de similitude entre o caso dos autos e os precedentes apresentados pelo seu Relator."

(b) art. 1.036 do CPC/2015, que conteria regramento impositivo, diante da necessidade de adoção de providências com vistas à afetação do feito à sistemática dos recursos repetitivos, mormente diante da existência de mais de mil recursos, que rebatem entendimento do Tribunal de origem, segundo o qual o prazo prescricional da execução somente é deflagrado com a conclusão da fase de liquidação da sentença;

(c) arts. 503, *caput*, 506 e 509, § 4º, do CPC/2015, porquanto ultrapassados os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, bem como da ilegalidade da transposição da inversão do ônus da prova, tendo em vista que a Corte *a quo* admitiu o processamento de liquidação sem ter apreciado a questão acerca da titularidade individual dos beneficiários e sem a prova da legitimidade e do dano experimentado, sobretudo no que se refere aos ônus pela contratação de empréstimos bancários;

(d) art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e do art. 206 do CC/2002, pois não há fundamento legal que respalde o entendimento firmado pela Corte de origem de que o início do curso do prazo prescricional só ocorre após o término da fase de liquidação de sentença, devendo esta ser iniciada e concluída dentro do quinquênio legal para viabilizar o trâmite da execução, sendo inaplicáveis, ao caso dos autos, os precedentes utilizados no *decisum* vergastado, em razão da ausência de similitude fática.

Por fim, aduz, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial, invocando o art. 926 do CPC/2015, diante da não aplicação ao caso das teses fixadas em sede de julgamento de recursos afetados ao rito dos repetitivos (Temas 515, 877 e 880), já que seria um dever dos Tribunais manter sua jurisprudência íntegra, estável e coerente.

Houve contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na incidência das Súmulas 7 e 83/STJ.

Insurge a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Houve contraminuta pela parte agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Conheço do agravo, porquanto refutada a motivação utilizada no juízo de admissibilidade.

A insurgência não prospera.

A parte recorrente alega ofensa dos arts. 489, § 1º, 927, III e § 1º, 928 e 1.022, I, do CPC/2015, nesse sentido, cumpre destacar que, ainda que o recorrente considere insubsistente ou incorreta a fundamentação utilizada pelo Tribunal nos julgamentos realizados, não há necessariamente ausência de manifestação. Não há como confundir o resultado desfavorável ao litigante com a falta de fundamentação, motivo pelo qual não se constata violação dos preceitos apontados.

Ademais, a bem da verdade, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo

Superior Tribunal de Justiça

com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/02/2014).

Prosseguindo, quanto ao argumento de violação dos arts. 503, *caput*, 506 e 509, § 4º, do CPC/2015, verifica-se que, para ser realizada sua análise, nos moldes trazidos pelo recorrente, seria necessário o revolvimento de matéria fático-probatória constante nos autos para examinar se, de fato, foram ultrapassados os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, assim como se houve ilegalidade na transposição da inversão do ônus da prova, principalmente no tocante à necessidade da Fazenda Pública apresentar lista nominal dos beneficiários da pretensão ajuizada pela Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, e também para aferir a presença no dispositivo do título judicial exequendo acerca da condenação do Estado à restituição dos custos das operações bancárias, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. A revisão do julgado, de modo a acolher a pretensão recursal, no sentido de que houve violação aos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.133.837/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 12/12/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. APLICAÇÃO DA PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. TESE DE INOCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. ANÁLISE QUE DEMANDA APRECIACÃO DO ACERVO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL CONTIDA NO TÍTULO EXECUTIVO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. Dessa forma, rever o entendimento firmado pela instância ordinária para concluir que a análise do pedido formulado pela parte Recorrente não ofenderia os limites da coisa julgada demandaria, necessariamente, o exame do conjunto fático probatório existente nos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 758.513/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 22.3.2016; AgRg no REsp. 1.157.779/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22.6.2016.

[...]

(AgInt no REsp 1.604.184/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 07/12/2016).

Quanto à alegação de malferimento do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e do art. 206 do CC/2002, a parte recorrente aduz que inexistente fundamento legal que respalde

Superior Tribunal de Justiça

o entendimento firmado no sentido de que o início do curso do prazo prescricional só ocorre após o término da fase de liquidação de sentença, devendo esta ser iniciada e concluída dentro do quinquênio legal para viabilizar o trâmite da execução.

Entretanto, tal argumento não merece acolhimento, considerando que o acórdão combatido foi fundamentado em posicionamento já consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, que concluiu que a liquidação integra a fase de cognição do processo, motivo pelo qual a execução tem início quando o título se apresenta também líquido, iniciando-se aí o prazo prescricional executório. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. EXECUÇÃO INDIVIDUALIZADA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. FINDA A LIQUIDAÇÃO.

[...]

3. Acórdão recorrido em harmonia com a farta jurisprudência no sentido de que a liquidação integra a fase de cognição do processo, motivo pelo qual a execução tem início quando o título se apresenta também líquido, iniciando-se aí o prazo prescricional da Ação de Execução.

[...]

(REsp 1.724.819/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 10/04/2018, DJe 25/05/2018).

Verifica-se que o acórdão recorrido de acordo com a jurisprudência do STJ, sendo aplicável a Súmula 83 desta Corte, que também incide nos recursos interpostos pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Em observância ao disposto no art. 927 do CPC/2015, impõe-se destacar que, ao contrário do que quer fazer crer o recorrente, os Temas 515, 877 e 880, firmados a partir do julgamento de recursos afetados ao rito dos repetitivos, não são aplicáveis à hipótese dos autos. Com efeito, nos temas apontados, o Superior Tribunal de Justiça firmou as seguintes teses:

Tema 515: “No âmbito do direito privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em ação civil pública”;

Tema 877: “O prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n.8.078/90”;

Tema 880: “A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros”.

De início, quanto ao tema, percebe-se que a hipótese dos autos é distinta das teses firmadas nos repetitivos.

Superior Tribunal de Justiça

Não seria aplicável a tese assentada no Tema 515, já que, expressamente, foi restrita ao âmbito das relações do direito privado, enquanto, na hipótese presente, trata-se de relação jurídica travada entre a Administração Pública e seus servidores, o que atrai regime jurídico de direito público.

Quanto ao Tema 877, esta também não guarda pertinência com a situação em comento, haja vista que aborda eventual desnecessidade de expedição de editais para início contagem do prazo prescricional da execução, que, em nenhum momento, foi objeto de controvérsia.

O tema 880 também não é aplicável ao caso, pois a questão julgada em sede de recurso repetitivo dizia respeito, unicamente, ao procedimento de liquidação por meros cálculos aritméticos, o que não é a hipótese dos autos.

Diante disso, percebe-se que o caso dos autos está em conformidade com o entendimento consolidado desta Casa, a qual entende que a liquidação de sentença integra a fase de cognição do processo, motivo pelo qual a execução tem início quando o título se apresenta também líquido, iniciando-se aí o prazo prescricional executório, razão pela qual não se encaixa em nenhuma das hipóteses aventadas.

Por fim, tendo em vista que o especial foi conhecido apenas no tocante à ofensa do art. 1.022 do CPC/2015, não há razão para afetá-lo ao rito dos recursos repetitivos, considerando o não preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 257-A, § 1º, do RISTJ.

Registro que não cabe o arbitramento de honorários advocatícios recursais, nos termos do § 11 do art. 85 do CPC/2015, quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários (AgInt no REsp 1.507.973/RS, relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, julgado em 19/5/2016, DJe de 24/5/2016), como na hipótese presente.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator